



Relatório e Contas

EuroBIC Investimento Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Fundo Harmonizado

31 de dezembro de 2017

Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Sede: Largo Duque Cadaval, nº 17 – 1º Andar, fração J, 1200-160 Lisboa

Telefone: +351 214 200 530 • Fax: +351 214 200 559

Capital Social: 1.206.000 euros

Número único de registo e de pessoa coletiva: 506 292 622

www.dunascap.com

www.eurobic.pt

1. CARATERIZAÇÃO DO FUNDO

1.1. HISTORIAL E OBJETIVO DO FUNDO

O Fundo, até 27 de Julho de 2017, foi denominado por “Banco BIC Investimento – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto” tendo, após deliberação do Conselho de Administração da CMVM, sido alterado passando a denominar-se “EuroBic Investimento – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto”, adiante designado por “Fundo”.

A sua constituição foi autorizada por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de novembro de 2012, por tempo indeterminado, tendo iniciado a sua atividade em 4 de janeiro de 2013.

Constituiu-se como um Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Misto de Obrigações, tendo desde o dia 9 de setembro de 2013 assumido a forma de Fundo de Investimento Mobiliário Aberto nos termos do nº 2 do artº 2º do Regulamento da CMVM nº 5/2013.

O Fundo é administrado pela Dunas Capital – Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. e a entidade depositária dos valores mobiliários é o Banco BIC Português, S.A..

As entidades comercializadoras são a Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A., na sua sede no Largo Duque de Cadaval nº 17 – 1º andar, fração J em Lisboa, o depositário, Banco BIC Português S.A., na sua sede na Avenida António Augusto de Aguiar, 132 em Lisboa, bem como nos seus balcões e centros de empresa, o Best – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A., nos Centros de Investimento BEST que são agências do Banco BEST e através dos canais de comercialização à distância: por Internet através do sítio www.bancobest.pt e por serviço telefónico 707 246 707 e o Banco Invest, S.A., na sua sede na Av. Engº Duarte Pacheco, Torre 1, 11º andar, em Lisboa, através dos seus balcões e através do site www.bancoinvest.pt para os clientes que tenham aderido a este serviço.

O Fundo tem como principal objetivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira diversificada de ativos com diferentes graus de risco sendo indicado para aplicações numa ótica de médio/longo prazo.

1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo poderá investir em simultâneo em diversos tipos de instrumentos financeiros tais como: obrigações (taxa fixa e variável), ações, ativos de curto prazo, designadamente certificados de depósito, depósitos e aplicações nos mercados interbancários, bilhetes do tesouro, papel comercial, outros instrumentos de dívida de natureza equivalente e unidades de participação de fundos de investimento.

O Fundo apenas investirá em obrigações e ativos de curto prazo que se encontrem denominados em euros e apenas poderá investir um máximo de 20% do seu valor líquido global em ações, unidades de participação ou outros instrumentos financeiros derivados cujo ativo subjacente seja equivalente a ações ou índices de ações sediados na Europa.

O Fundo investirá preferencialmente em ativos denominados em euros podendo contudo investir os seus capitais em instrumentos denominados em divisas diferentes do euro, e poderá ou não efetuar a cobertura do risco cambial inerente a valores expressos noutras divisas através de instrumento adequado, sendo que a exposição ao risco cambial será delimitada a 5% do valor líquido global do Fundo.

A política de investimento mantém-se inalterada desde a constituição do Fundo.

1.3. PERFIL DO INVESTIDOR

O Fundo adequa-se a Clientes com perfil de risco moderado, que numa perspetiva de médio / longo prazo pretendem rentabilizar a sua carteira através da exposição a várias classes de ativos estando dispostos a tolerar flutuações no capital. O prazo de investimento mínimo recomendado é de dois anos.

1.4. BENCHMARK (PARÂMETRO DE REFERÊNCIA)

O Fundo adotou como *benchmark* a Euribor 3M + 1%.

A taxa Euribor 3 meses é a taxa de juro de referência para o Euro utilizada nos mercados financeiros e reconhecida como representativa das condições de mercado, fixada diariamente para o prazo de 3 meses.

1.5. POLÍTICA DE EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES E TRANSMISSÃO DE ORDENS

A Sociedade Gestora encontra-se sujeita ao dever de assegurar as melhores condições na execução de todas as operações, tomando sempre em consideração todos os fatores considerados relevantes para se assegurar o melhor resultado possível para o Fundo.

1.6. VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os ativos encontram-se valorizados de acordo com as regras de valorimetria estabelecidas no ponto 3.2. do Capítulo II do prospeto completo do Fundo, as quais se encontram descritas na Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

1.7. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

O montante mínimo de subscrição foi, até 19 de agosto de 2013, de 1.000 EUR.

Após esta data este montante foi reduzido por forma a aproximar o seu valor ao praticado por outros concorrentes no mercado. As condições de investimento em vigor são as que seguidamente se apresentam:

Condições de Investimento em 31 de dezembro de 2017

Subscrição inicial	500 EUR	Prazo Liq. Subscrição	D+1
Investimentos adicionais	100 EUR	Prazo Liq. Resgate	D+3

Comissões

Subscrição	0%	Gestão Fixa	1%
Resgate	0%	Variável	*
		Depositário	0,20%

* 10% a incidir sobre a valorização positiva do Fundo face ao *benchmark* com *high water mark*, ou seja, quando a rentabilidade do FUNDO exceda na data do seu aniversário, a Euribor 3M + 1% apurada no início do Fundo e posteriormente em cada ano após a constituição do FUNDO.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

2.1. ECONOMIA E MERCADOS

O ano foi caracterizado por uma dicotomia entre um cenário macroeconómico muito benigno (crescimento global sincronizado, baixa inflação e redução das taxas de desemprego) e um elevado grau de incerteza resultante, por um lado, da atuação dos principais Bancos Centrais e, por outro, de potenciais riscos políticos / geopolíticos. A constante tensão em torno do programa nuclear Norte-Coreano e uma degradação assinalável das relações entre a Rússia e o Ocidente, provavelmente as piores desde a guerra-fria, são talvez os melhores exemplos dos desafios enfrentados neste campo.

Nos EUA, com uma economia a operar em pleno emprego, os planos do recém-eleito Presidente Trump de implementar uma estratégia agressiva de corte de impostos e de maior desregulação do sistema financeiro, deixavam a Federal Reserve “FED” numa situação mais difícil no que concerne à condução da política monetária. No campo da política externa, a filosofia de “America First” apontava, claramente, para um clima mais confrontacional nas relações internacionais.

A FED, beneficiando de um mercado de trabalho extraordinário, com a taxa de desemprego em torno dos 4% mas com subidas moderadas dos custos salariais, manteve a sua estratégia de normalização gradual das taxas de juro de curto prazo, tendo alterado o target para os Fed Funds para 1,75%, em três subidas de 25 bps cada (Março, Junho e Dezembro). Paralelamente, iniciou a redução do seu balanço, através do não reinvestimento dos montantes vencidos, processo que se prolongará por aproximadamente 3 anos.

Na Zona Euro, as eleições na Holanda, França e Alemanha, com particular incerteza quanto ao seu resultado e com potenciais consequências no funcionamento e na própria estabilidade da União Europeia “UE”, ensombravam uma situação económica invulgarmente favorável. As preocupações políticas diminuíram ligeiramente quando o partido europeísta de centro-direita venceu as eleições holandesas, evitando o risco da eleição de um partido anti-UE. Os resultados das eleições francesas, em Abril, e, já em Setembro, das alemãs confirmariam um quadro eleitoral muito mais moderado do que se chegou a temer.

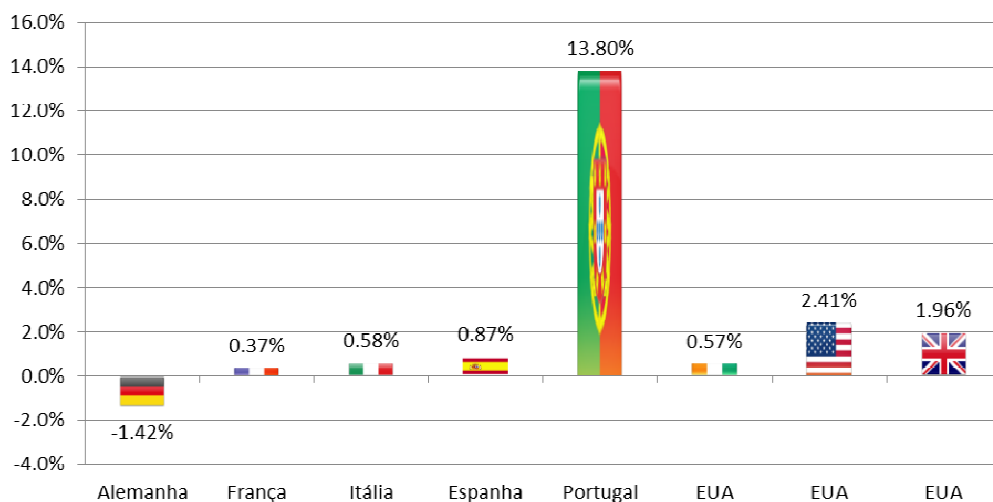
Apesar do forte crescimento económico na UE, a inflação manteve-se estável e abaixo do target de 2% fixado pelo Banco Central Europeu “BCE”. Aliás, se excluídas as componentes mais voláteis de alimentação e energia, a inflação na UE têm registado valores muito perto de 1% ao longo dos últimos 5 anos. Assim, o BCE manteve uma política monetária altamente expansionista, não tendo mexido nas suas taxas diretoras e tendo mesmo estendido o seu programa de compra de dívida até, pelo menos, setembro de 2018 embora tenha reduzido o montante de compras mensais.

No mercado global de obrigações, o sentimento foi alternando entre expectativas de subidas de yields, impulsionadas pela força da economia global, pela política fiscal pró-crescimento do presidente Trump e pela atuação da FED nas taxas de curto prazo e por uma estabilização das taxas de longo prazo, fruto das políticas de quantitative easing do BCE e do Bank of Japan “BoJ”.

A estrutura da curva americana de taxas de juro evidenciou um movimento de achatamento, tendo a maturidade de 10 anos terminado o ano ao mesmo nível onde tinha começado (2,4%) enquanto as maturidades mais curtas registaram movimentos de subida.

Na Alemanha, face à aproximação do fim do programa de compra de dívida, verificou-se uma subida de cerca de 20bp na zona dos 10 anos. De realçar, pela positiva, o desempenho da dívida portuguesa com um desempenho notável.

Retorno absoluto dos índices de obrigações do tesouro com maturidades superior a 1 ano



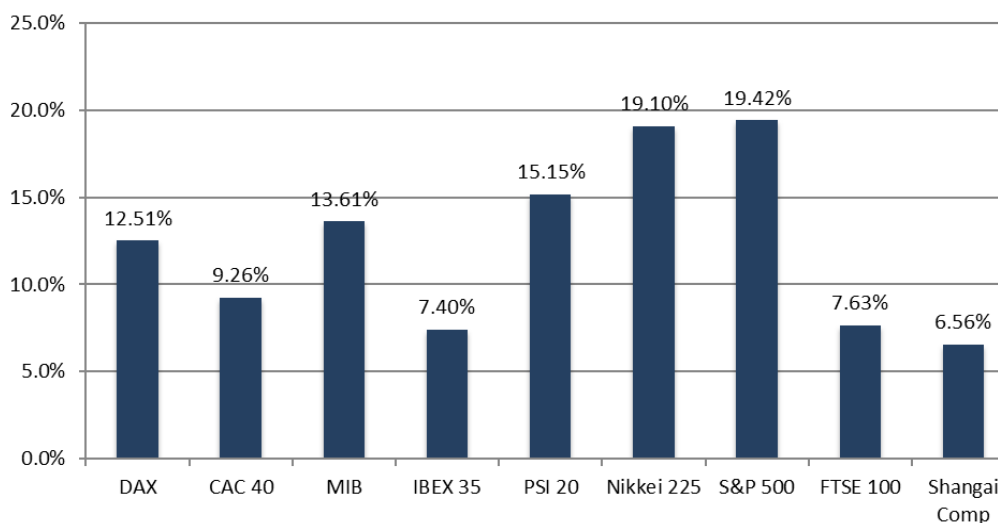
Fonte: Bloomberg

O mercado de dívida privada manteve um tom positivo, com os *spreads* de crédito a manterem a sua trajetória descendente, atingido níveis que consideramos, na generalidade, dos casos completamente desajustados. Mais uma vez, o programa de compra de dívida do BCE explica, em grande medida, este movimento, tendo-se assistido, compreensivelmente, a uma extensão das maturidades das emissões por parte das empresas.

Apesar de todos os fatores de incerteza e instabilidade, anteriormente referidos, o comportamento dos principais mercados acionistas foi de fortes ganhos, tanto na Europa como nos EUA.

De referir que apenas no último trimestre do ano se verificou divergência de tendência entre os mercados europeus e americano. Nos EUA o último trimestre foi de forte valorização, em particular o S&P 500, impulsionado pela expectativa da aprovação da reforma tributária do Presidente Trump enquanto na Europa apesar da melhoria dos dados económicos, as ações caíram, devido a um euro forte, ao risco político latente e a alguma realização de mais-valias não comprometendo, contudo, o bom resultado anual.

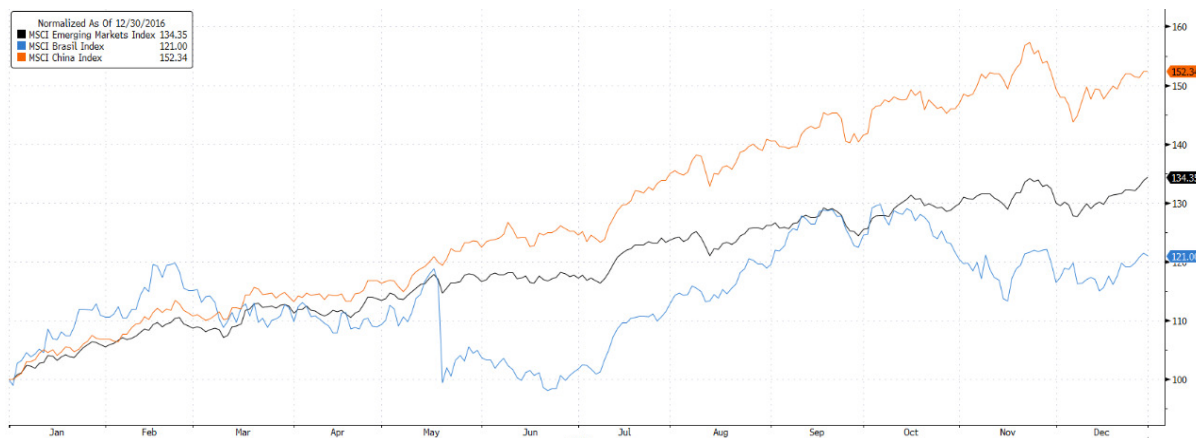
Retorno anual dos principais índices de ações



Fonte: Bloomberg

A esta tendência não escaparam os mercados emergentes que apresentaram fortes valorizações impulsionados por um dólar fraco, em particular o Brasil, tendo o MSCI Emerging Markets Index registado uma forte valorização e superado o MSCI World Index.

Evolução dos índices MSCI – Emerging Markets, Brasil e China



Evolução do Dólar Norte-Americano em relação ao Euro



Fonte: Bloomberg

2.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

A estratégia de gestão do Fundo, tal como em anos anteriores, tem-se baseado numa componente de depósitos a prazo, de papel comercial e depósitos à ordem, como forma de controlar a volatilidade da carteira, uma componente de instrumentos de taxa de juro ao longo do espectro de maturidades e uma componente acionista.

O fundo iniciou o ano de 2017 com uma exposição aos mercados periféricos de dívida pública, equiparada e/ou quasi-pública de aproximadamente 20% e terminou com aproximadamente 10,6%.

A repartição foi oportunística entre os vários países nomeadamente Portugal, Itália, Espanha e Croácia sendo de realçar as posições em dívida pública portuguesa e equiparada que teve um contributo positivo para a performance do fundo de aproximadamente 1,15%.

Mantivemos uma posição curta em futuros de dívida alemã e dívida francesa para controlo de risco de taxa de juro e duração da carteira.

Durante o ano negociámos ativamente a posição curta para aproveitar a elevada volatilidade da taxa a dez anos na Alemanha e em França tendo terminado o ano com uma posição curta de aproximadamente 12,4% do valor líquido da carteira e com uma *duration* ligeiramente negativa.

Mantivemos a política de reduzida exposição ao crédito, por considerar os seus retornos pouco atrativos face ao risco assumido e por ser uma classe de ativos onde historicamente se verifica menor liquidez.

Mantivemos ao longo do ano a exposição aos mercados acionistas europeus entre 15% e 17%, do valor líquido da carteira. Apesar de considerarmos ser essa a classe de ativos com maior potencial consideramos, no entanto, que as valorizações já se apresentam algo exigentes. A exposição aos mercados acionistas foi obtida através de investimento em futuros de índices e ETFs.

Os investimentos efetuados incidiram essencialmente sobre os índices alemão (DAX), Italiano (MIB), francês (CAC), espanhol (IBEX) e o Euro Stoxx 50.

Destes é de realçar o contributo positivo, para a performance anual do fundo, o investimento efetuado em MIB (contribuição de 0,61%) e em DAX (contribuição de 0,61%).

Continuamos a assistir a uma pouca atratividade do binómio risco / retorno do papel comercial e dos depósitos a prazo.

No entanto, dada a menor alocação em ativos de dívida *corporate* e ao facto de o montante de dívida que, durante o ano, transacionou com taxas negativas, optámos em contrapartida, por aumentar o peso dos depósitos a prazo. Esta componente iniciou o ano com um peso de aproximadamente 7% do valor líquido global do fundo e terminou o ano com peso de aproximadamente 30% do valor líquido global do fundo.

2.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

Em 31 de dezembro de 2017, o montante sob gestão do Fundo ascendia a 5.001.867 EUR, sendo o valor da unidade de participação de 10,9578 EUR.

No quadro seguinte apresenta-se a demonstração do património do fundo com referência a 31 de dezembro de 2017:

Rubrica	Montante
Valores mobiliários	1.526.630 €
Saldo bancários	3.489.356 €
Outros Ativos	19.239 €
Total Ativos	5.035.225 €
Passivo	33.358 €
Valor Líquido do Inventário	5.001.867 €

No que se refere às unidades de participação em circulação e seu correspondente valor unitário, de seguida apresenta-se quadro com a sua evolução mensal no ano de 2017 :

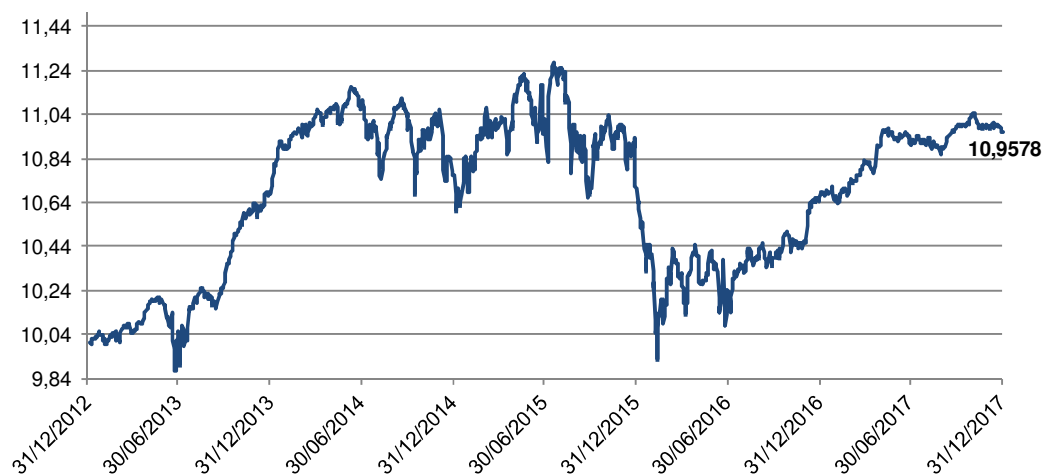
Mês	Valor da UP	Nº de UP's	Montante sob gestão
janeiro	10,6421	519.281,6497	5.526.292 €
fevereiro	10,6924	510.655,6225	5.460.147 €
março	10,8326	503.016,0712	5.448.993 €
abril	10,8936	499.576,9394	5.442.231 €
maio	10,9266	486.883,6084	5.320.011 €
junho	10,9014	490.218,8134	5.344.075 €
julho	10,9044	494.787,4791	5.395.402 €
agosto	10,8823	481.734,0331	5.242.401 €
setembro	10,9874	475.344,3104	5.222.844 €
outubro	11,0357	468.448,8015	5.169.695 €
novembro	10,9914	447.678,8524	4.920.653 €
dezembro	10,9578	456.462,9755	5.001.867 €

* Valores de final de cada mês

O quadro seguinte apresenta a evolução, nos últimos cinco anos, do número de unidades de participação em circulação, do valor da unidade de participação e do número de participantes:

	2017	2016	2015	2014	2013
Valor das UPs	10,9578 €	10,6614 €	10,7025 €	10,7644 €	10,6784 €
Nº de UPs	456.462,9755	534.612,7365	751.202,2444	1.467.177,3106	684.916,4322
Nº de Participantes	356	447	587	841	314

Desde o início do Fundo o valor da unidade de participação teve a evolução que é descrita pelo gráfico seguidamente apresentado:



No período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017 os custos com comissões de gestão e de depósito ascenderam respetivamente a 53.363 EUR e 10.673 EUR. Relativamente aos custos e proveitos do Fundo, os mesmos ascenderam ao montante total de 140.828 EUR e 291.354 EUR respetivamente.

O quadro seguinte apresenta a evolução, nos últimos cinco anos, do total de proveitos e custos e comissões de gestão e depósito suportadas:

	2017	2016	2015	2014	2013
Volume Total sob Gestão	5.001.867 €	5.699.703 €	8.039.780 €	15.793.365 €	7.313.842 €
Proveitos (totais)	291.354 €	602.793 €	2.012.115 €	3.340.009 €	781.354 €
Custos (totais)	140.829 €	708.499 €	1.882.034 €	3.517.353 €	408.709 €
Comissão de gestão	53.363 €	63.872 €	110.913 €	184.630 €	54.131 €
Comissão de depósito	10.673 €	12.774 €	22.183 €	36.926 €	10.826 €
Comissões de transacção	3.112 €	5.080 €	12.591 €	25.853 €	2.688 €

2.4. RENDIBILIDADES E RISCO HISTÓRICO

A rendibilidade e risco do Fundo, ao longo da sua atividade, é a que se descreve seguidamente:

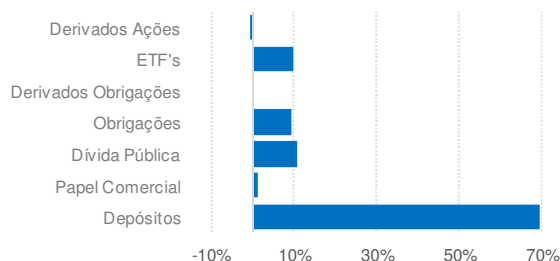
	2017	2016	2015	2014
Rendibilidade	2,78%	-0,38%	-0,58%	0,81%
Risco	2	4	4	4

Acréscio referir que dando cumprimento ao disposto no art. 71º do Regulamento nº 5/2013 da CMVM:

- a rendibilidade divulgada representa dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo);
- As rendibilidades apresentadas não incluem comissões de subscrição e/ou resgate e têm como base os valores das unidades de participação calculados no último dia de cada ano e apenas seriam obtidas se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência;
- As rendibilidades históricas apresentadas são calculadas na divisa em que se encontra denominada cada uma das categorias de unidade de participação do Fundo.

2.5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE APLICAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Principais activos em carteira	%
IShares Core DAX UCI	6,05%
REFER 4 1/4 2021 12 13	2,26%
Dívida Pública Catalunha 2020 11 02	2,21%
Lyxor ETF FTSE MIB	2,17%
Saúde Açores 0 2022 06 20	2,07%
Total	14,76%



2.6. MONTANTE TOTAL DE REMUNERAÇÕES PAGAS PELA SOCIEDADE GESTORA AOS SEUS COLABORADORES

No exercício de 2017 a sociedade gestora do fundo, Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário registou um custo total com remunerações dos seus colaboradores no montante de 482.163 € o qual se desagrega da seguinte forma:

	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis
Orgãos de Gestão	203.509 €	-----
Colaboradores	278.654 €	-----

Em 31 de dezembro de 2017 a administração é constituída por 3 elementos e os restantes colaboradores são em número total de 4.

2.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2017 as responsabilidades do Fundo, com instrumentos derivados apresentam o seguinte detalhe:

Contrato	Data Início	Data Fim	Contraparte	Quantidade	Posição	Valor de Mercado	Valor Nocional	Exposição
Futuros de índices de Valores Mobiliários								
EUROSTOXX 50 03/2018	13/12/17	16/03/18	BEST	5	Compra	3.493,00	10	174.650
CAC 40 01/2018	13/12/17	19/01/18	BEST	2	Compra	5.310,50	10	106.210
								280.860
Futuros de taxa de juro								
EUROAT 03/2018	05/12/17	08/03/18	BEST	4	Venda	155,18	1000	620.720
								620.720

2.8. MOVIMENTOS OCORRIDOS NOS ATIVOS DO OICVM

Os movimentos ocorridos nos ativos do Fundo até 31 de dezembro de 2017 foram os que se seguem discriminados:

Rubrica	Montante
Rendimento do investimento	51.266 €
Custos de gestão	53.363 €
Custos de depósito	10.673 €
Outros encargos, taxas e impostos	13.071 €
Custos de negociação	3.112 €
Aumento ou diminuição da conta de capital	-697.836 €
Lucro líquido	150.525 €
Mais ou menos valias de investimento	182.029 €
Alteração que afete os ativos e passivos	0 €

2.9. NOTAS FINAIS

O Prospeto, o IFI (Informações Fundamentais destinadas aos Investidores) bem como o relatório anual e semestral, encontram-se à disposição de todos os interessados junto da sede da Entidade Gestora ou nos balcões do Depositário.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora

Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes
Presidente

Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto
Vogal

Pedro Miguel Fernandes e Fernandes
Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Em 31 de dezembro de 2017
(montantes expressos em euros)*

EUROBIC INVESTIMENTO - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

Designação	Quantidade	Preço unitário	Moeda	Juro Decorrido (EUR)	Valor Total (EUR)
A - Composição discriminada da carteira de aplicações dos FIM					
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS					
1.1.2 Outros Fundos Públicos e Equiparados					
REFER 4 1/4 12/13/21	100.000	112,64%	EUR	210	112.847
SAUDCR 0 06/20/22	100.000	103,26%	EUR	107	103.369
1.1.3 Obrigações Diversas					
JOSEML 0 05/17/21	100.000	99,00%	EUR	327	99.327
SONPL 0 06/12/18	100.000	101,00%	EUR	170	101.170
VERSE2 2.98 02/16/18	9.178	100,17%	EUR	11	9.204
VERSE3 1.99 02/12/19	93.737	100,79%	EUR	93	94.570
1.3 Mercados regulamentados de Estado-membro da UE					
1.3.1 Títulos de dívida pública					
BTPS 2.45 09/01/33	100.000	97,80%	EUR	819	98.622
CCTS 0 10/15/24	100.000	102,11%	EUR	177	102.286
1.3.2 Outros Fundos Públicos e Equiparados					
GENCAT 4.95% 2/11/20	100.000	106,20%	EUR	4.380	110.575
1.3.3 Obrigações diversas					
BESPL 2 5/8 05/08/17	100.000	29,50%	EUR	0	29.500
BESPL 4 01/21/19	100.000	29,12%	EUR	0	29.116
SUGALG 4 1/4 10/27/2	100.000	101,87%	EUR	759	102.629
1.3.10 Outros Instrumentos Financeiros					
iShares Core DAX UCI	2.700	112,17	EUR	0	302.859
Lyxor ETF FTSE MIB	5.100	21,31	EUR	0	108.681
Lyxor ETF IBEX 35	800	98,66	EUR	0	78.928
2. OUTROS VALORES					
2.3 Outros Instrumentos de dívida					
2.3.2 Papel comercial					
Jose Mello Saúde/25	50.000		EUR	15	50.015
7. LIQUIDEZ					
7.1 À vista					
7.1.2 Depósitos à ordem					
BANCOESPIRITOSA 0%			EUR	0	23
BARCL .25%			EUR	1.809	902.676
BCP 0%			EUR	0	15.603
BEST 0%			EUR	0	659.670

EUROBIC INVESTIMENTO - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

(cont.)

Designação	Quantidade	Preço unitário	Moeda	Juro Decorrido (EUR)	Valor Total (EUR)
A - Composição discriminada da carteira de aplicações dos FIM					
7. LIQUIDEZ					
7.1 À vista					
7.1.2 Depósitos à ordem					
BIC 0%			GBP	0	91.237
BIC 0%			EUR	0	364.692
BIG 0%			EUR	0	2.052
CGD 0%			EUR	0	112
7.2 A prazo					
7.2.1 Depósitos c/ pré aviso e a prazo					
BCP .25% 12-05-2017 11-05-2018			EUR	809	500.809
BCP .25% 30-06-2017 29-06-2018			EUR	511	400.511
BIG .35% 06-09-2017 06-09-2018			EUR	169	150.169
BIG .35% 11-07-2017 10-01-2018			EUR	673	400.673
9. OUTROS VALORES A REGULARIZAR					
9.1 Valores activos					
EUROAT	-4	155,18	EUR	0	8.200
9.2 Valores passivos					
CAC4010EURO	2	5.310,50	EUR	0	-2.010
EUROSTOXX50	5	3.493,00	EUR	0	-4.400
Valores passivos	-21.848		EUR		-21.848
B - Valor Líquido Global do Fundo:					5.001.867
C - Responsabilidades Extrapatrimoniais:					
11. OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO					
11.1.1 Em mercado regulamentado					
11.1.1.1 Futuros					
EUROAT	-4	155,18	EUR		-620.720
12. OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES					
12.1.1 Em mercado regulamentado					
12.1.1.1 Futuros					
CAC4010EURO	2	5.310,50	EUR		106.210
EUROSTOXX50	5	3.493,00	EUR		174.650
D - Número de Unidades de Participação em Circulação:					456.462,9755

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

ATIVO								CAPITAL E PASSIVO					
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017				2016	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017	2016	
			Ativo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Ativo líquido	Ativo líquido						
	CARTEIRA DE TÍTULOS								CAPITAL DO FUNDO				
21	Obrigações	3	1.089.725	37.935	(141.498)	986.162	1.914.536	61	Unidades de participação	1	4.564.630	5.346.127	
22	Ações	3	88.319	-	(88.319)	-	-	62	Variações patrimoniais	1	67.037	133.901	
23	Outros títulos de capital	3	476.427	15.489	(1.448)	490.468	150.552		Resultados transitados	1	219.675	325.381	
26	Outros instrumentos de dívida	3	50.000	-	-	50.000	100.000	64	Resultado líquido do exercício	1	150.525	(105.706)	
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS		1.704.471	53.424	(231.265)	1.526.630	2.165.088	66	TOTAL DO CAPITAL DO FUNDO		5.001.867	5.699.703	
	DISPONIBILIDADES								TERCEIROS				
12	Depósitos à ordem	3	2.039.356	-	-	2.039.356	3.156.975	421	Resgates a pagar aos participantes	19	5.062	20.418	
13	Depósitos a prazo e com pré-aviso	3	1.450.000	-	-	1.450.000	400.000	423	Comissões a pagar	19	21.219	23.667	
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES		3.489.356	-	-	3.489.356	3.556.975	424+...+429	Outras contas de credores	19	629	726	
									TOTAL DOS VALORES A PAGAR		26.910	44.811	
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								A CRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
51	Acréscimos de proveitos	18	11.039	-	-	11.039	16.894	55	Acréscimos de custos	20	38	-	
52	Despesas com custo diferido	18	-	-	-	-	1.670	58	Outros acréscimos e diferimentos	20	6.410	6.140	
58	Outros acréscimos e diferimentos	18	8.200	-	-	8.200	10.027		TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS		6.448	6.140	
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS		19.239	-	-	19.239	28.591		TOTAL DO PASSIVO		33.358	50.951	
	TOTAL DO ATIVO		5.213.066	53.424	(231.265)	5.035.225	5.750.654		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO		5.035.225	5.750.654	
Número total de unidades de participação em circulação		1				456.462,9755	534.612,7365	Valor unitário da unidade de participação		1	10,9578	10,6613	

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS									
DIREITOS SOBRE TERCEIROS					RESPONSABILIDADES SOBRE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017	2016	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017	2016
925	OPERAÇÕES SOBRE TAXA DE JURO Futuros	12	620.720	656.600	925	OPERAÇÕES SOBRE TAXA DE JURO Futuros	12	620.720	656.600
935	OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES Futuros	21	280.860	842.877	935	OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES Futuros	21	280.860	842.877
	TOTAL DE DIREITOS		901.580	1.499.477		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		901.580	1.499.477

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017	2016	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Nota	2017	2016
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
	Comissões e taxas					Juros e proveitos equiparados			
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos	5	1.919	2.604	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos	5	40.076	77.885
724+...+728	Outras, de operações correntes	5	74.460	87.666	811+814+817+818	Outros, de operações correntes	5	5.174	12.140
729	De operações extrapatrimoniais	5	1.193	2.476		Rendimentos de títulos e outros ativos			
	Perdas em operações financeiras				822+...824/5	Na carteira de títulos e outros ativos	5	6.016	5.449
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos	5	8.813	183.364		Ganhos em operações financeiras			
731+738	Outras, de operações correntes	5	45.851	57.161	832+833	Na carteira de títulos e outros ativos	5	97.453	181.507
739	Em operações extrapatrimoniais	5	3.395	369.940	831+838	Outros, de operações correntes	5	45.892	40.265
	Impostos				839	Em operações extrapatrimoniais	5	96.743	285.541
7411+7421	Impostos sobre o rendimento	9	-	151		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		291.354	602.787
7412+7422	Impostos indiretos	9	2.646	3.174					
77	Outros custos e perdas correntes		2.552	1.963		PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS			
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		140.829	708.499	888	Outros proveitos e ganhos eventuais		-	6
						TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)		-	6
66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (se >0)		150.525	-	66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (se <0)		-	105.706
	TOTAL		291.354	708.499		TOTAL		291.354	708.499
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da carteira de títulos		132.813	78.873	D-C	Resultados eventuais		-	6
8x9-7x9	Resultados das operações extrapatrimoniais		92.155	(86.875)	B+D-A-C+74	Resultados antes de imposto sobre o rendimento		153.171	(102.387)
B-A	Resultados correntes		150.525	(105.712)	B+D-A-C+7411/8+7421/8	Resultado líquido do exercício		150.525	(105.706)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	2017	2016
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	650.992	215.504
Pagamentos		
Resgates de unidades de participação	(1.514.709)	(2.436.112)
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	(863.717)	(2.220.608)
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
Recebimentos:		
Venda de títulos	1.798.987	4.302.218
Reembolso de títulos e outros ativos	1.132.757	929.576
Rendimento de títulos e outros ativos	6.016	5.934
Juros e proveitos similares recebidos	49.260	119.224
Outros recebimentos relacionados com a carteira	5.020	-
Pagamentos:		
Compra de títulos	(2.204.646)	(2.803.611)
Comissões de corretagem	(957)	(1.621)
Outras taxas e comissões	(962)	(983)
Outros pagamentos relacionados com a carteira	-	(236)
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	785.475	2.550.501
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
Recebimentos		
Operações cambiais	-	(848)
Operações sobre cotações	104.125	65.945
Pagamentos		
Operações cambiais	(3.309)	-
Operações de taxa de juro	(8.680)	(163.940)
Outros pagamentos operações a prazo e de divisas	(1.193)	(2.476)
Fluxo das operações a prazo e de divisas	90.943	(101.319)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	1.845	32.188
Outros recebimentos correntes	-	6
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(55.402)	(70.228)
Comissão de depósito	(11.081)	(14.046)
Impostos e taxas	(3.942)	(4.975)
Outros pagamentos correntes	(11.740)	(14.188)
Fluxo das operações de gestão corrente	(80.320)	(71.243)
Disponibilidades no início do período	3.556.975	3.399.644
Saldo dos fluxos de caixa do período	(67.619)	157.331
Disponibilidades no fim do período	3.489.356	3.556.975

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

INTRODUÇÃO

A constituição do “EuroBIC Investimento - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto” (adiante igualmente designado por “Fundo”), foi autorizada por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de 22 de novembro de 2012, tendo iniciado a sua atividade em 4 de janeiro de 2013.

É um Fundo, constituído por tempo indeterminado, e tem como principal objetivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira diversificada de ativos com diferentes graus de risco. O Fundo investe em simultâneo em diversos tipos de instrumentos financeiros: obrigações (taxa fixa e variável), ações, ativos de curto prazo, designadamente certificados de depósito, depósitos e aplicações nos mercados interbancários, bilhetes do tesouro, papel comercial e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente e unidades de participação de fundos de investimento. O Fundo investirá preferencialmente em obrigações e ativos de curto prazo que se encontrem denominados em euros.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Dunas Capital - Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BIC Português, S.A. (EuroBIC).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O capital do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam. O valor da unidade de participação para efeitos de constituição do Fundo foi de dez euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição e de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia do pedido e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

EUROBIC INVESTIMENTO
FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

O movimento ocorrido no capital do Fundo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 foi o seguinte:

	Valor base	Diferença para o valor base	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Número de unidades de participação	Valor unitário da unidade de participação
Saldos em 31 de dezembro de 2015	7.512.022	202.376	195.301	130.081	8.039.780	751.202,2444	10,7025
Subscrições	207.080	8.425	-	-	215.505	20.707,9285	10,4068
Resgates	(2.372.975)	(76.900)	-	-	(2.449.875)	(237.297,4364)	10,3240
Resultados transitados	-	-	130.081	(130.081)	-	-	-
Outros	-	-	(1)	-	(1)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(105.706)	(105.706)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.346.127	133.901	325.381	(105.706)	5.699.703	534.612,7365	10,6613
Subscrições	596.109	54.883	-	-	650.992	59.610,9191	10,9206
Resgates	(1.377.606)	(121.747)	-	-	(1.499.353)	(137.760,6801)	10,8837
Resultados transitados	-	-	(105.706)	105.706	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	150.525	150.525	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.564.630	67.037	219.675	150.525	5.001.867	456.462,9755	10,9578

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, existiam 461 e 1.916 unidades de participação com pedidos de resgate em curso, nos montantes de 5.062 euros e 20.418 euros, respetivamente (Nota 19).

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada trimestre nos exercícios de 2015 a 2017 foi o seguinte:

Ano	Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
2017	Março	5.448.993	10,8326	503.016,0712
	Junho	5.344.075	10,9014	490.218,8134
	Setembro	5.222.844	10,9874	475.344,3104
	Dezembro	5.001.867	10,9578	456.462,9755
2016	Março	6.524.039	10,2928	633.839,4030
	Junho	6.206.156	10,2171	607.425,7072
	Setembro	6.172.767	10,3907	594.065,3656
	Dezembro	5.699.703	10,6613	534.612,7365
2015	Março	14.045.675	10,9740	1.279.896,332
	Junho	9.316.170	10,9589	850.098,4115
	Setembro	8.677.226	10,7330	808.460,6416
	Dezembro	8.039.780	10,7025	751.202,2444

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número de participantes em função do valor líquido global do Fundo apresentava o seguinte detalhe:

	2017	2016
Entre 10% e 25%	1	1
Entre 5% e 10%	-	-
Entre 2% e 5%	-	-
Entre 0,5% e 2%	36	39
Até 0,5%	319	407
	356	447

2. VOLUME DE TRANSAÇÕES

O volume de transações ocorrido durante os exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

	2017					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Titulos de dívida pública	-	879.828	-	1.005.433	-	1.885.261
Obrigações diversas	-	-	-	100.000	-	100.000
Outros fundos públicos e equiparados	-	-	-	530.090	-	530.090
Outros instrumentos de dívida	-	850.000	-	-	-	850.000
Outros títulos de capital	474.878	-	163.464	-	638.342	-
Contratos de futuros	10.325.353	-	10.944.837	-	21.270.190	-
	10.800.231	1.729.828	11.108.301	1.635.523	21.908.532	3.365.351

	2016					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Titulos de dívida pública	-	1.308.735	-	2.453.923	-	3.762.658
Obrigações diversas	-	-	-	724.035	-	724.035
Outros fundos públicos e equiparados	-	352.959	-	484.492	-	837.451
Outros instrumentos de dívida	-	799.954	-	-	-	799.954
Ações	-	-	414.189	-	414.189	-
Outros títulos de capital	341.964	-	226.210	-	568.174	-
Contratos de futuros	19.523.178	-	20.599.637	-	40.122.815	-
	19.865.142	2.461.648	21.240.036	3.662.450	41.105.178	6.124.098

Em 2017 o valor das subscrições e resgates ascendeu a 650.992 euros e 1.499.353 euros, respetivamente (215.505 euros e 2.449.875 euros, respetivamente, em 2016).

Nos termos do regulamento de gestão do Fundo não são cobradas quaisquer comissões de subscrição ou resgate.

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

O detalhe da carteira de títulos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentado nos Anexos I e II, respetivamente.

EUROBIC INVESTIMENTO
FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades foi o seguinte:

	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo e com pré-aviso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.699.644	1.700.000	3.399.644
. Aumentos	1.457.331	-	1.457.331
. Reduções	-	(1.300.000)	(1.300.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.156.975	400.000	3.556.975
. Aumentos	-	1.050.000	1.050.000
. Reduções	(1.117.619)	-	(1.117.619)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.039.356	1.450.000	3.489.356

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os depósitos à ordem encontravam-se domiciliados nas seguintes instituições:

Banco	2017	2016
Bankinter	900.867	900.000
Banco Best	659.707	865.811
EuroBIC	460.991	773.046
Millennium BCP	15.603	150.949
BIG	2.052	1.566
CGD	112	165.464
Novo Banco	23	328
BBVA	-	299.811
	2.039.356	3.156.975

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, nenhum dos depósitos à ordem era remunerado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os depósitos a prazo (todos denominados em euros) encontram-se domiciliados nas seguintes instituições:

Banco	2017	2016
Millennium BCP	900.000	-
BIG	550.000	400.000
	1.450.000	400.000

Naquelas datas, os depósitos a prazo venciam juros às taxas médias anuais brutas de 0,29%, e 0,40% respetivamente, e tinham na sua generalidade o seu vencimento no primeiro semestre de 2018 e 2017.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Despesas com custo diferido” (Nota 18), atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efetuada apenas a partir da data de aquisição dos respetivos títulos.

b) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

c) Rendimento de títulos

A rubrica de rendimento de títulos e outros ativos corresponde a dividendos, os quais são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são recebidos ou quando o emitente procede à sua divulgação.

d) Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas, na data da transação, pelo seu valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos últimos quinze dias;
- ii) Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base nas ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, ao valor médio das ofertas de compra “BID” difundidas pelos sistemas internacionais de informação de cotações, tais como, a Bloomberg. Alternativamente, a cotação pode ser obtida através de modelos teóricos de avaliação de obrigações;
- iii) Os outros valores representativos de dívida de curto prazo, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

As mais ou menos-valias apuradas de acordo com os critérios de valorização descritos anteriormente são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de “Ganhos/Perdas em operações financeiras – Na carteira de títulos e outros ativos”, por contrapartida das rubricas “Mais-valias” e “Menos-valias” do ativo.

Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

e) Valorização das unidades de participação

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo corresponde ao somatório das rubricas de unidades de participação, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

A rubrica “Variações patrimoniais” resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

f) Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade responsável pela gestão do património do Fundo. De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, esta comissão apresenta uma componente fixa calculada diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 1% sobre o valor global do Fundo, sendo a sua liquidação efetuada trimestralmente, e uma componente variável de 10% a incidir sobre a valorização positiva do Fundo face ao *benchmark*. Esta comissão é devida quando a rentabilidade do Fundo exceda na data do seu aniversário, a Euribor 3 Meses +1,00% apurada em cada ano após a constituição do Fundo.

Caso a rentabilidade não seja atingida num determinado período, não havendo direito à cobrança da comissão de performance, no período seguinte esta será apurada relativamente ao objetivo traçado, acrescentando-lhe ainda a obrigatoriedade de recuperar a diferença para o objetivo não alcançado no período anterior e assim sucessivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rentabilidade acumulada do Fundo era inferior à do *benchmark* pelo que não foi calculada comissão de performance.

A comissão de gestão é registada na rubrica “Comissões e taxas – Outras, de operações correntes” da demonstração dos resultados, por contrapartida da rubrica “Comissões a pagar” do balanço.

g) Comissão de depósito

A comissão de depósito corresponde à remuneração do banco depositário. De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 0,20% sobre o valor global do Fundo, sendo a sua liquidação efetuada trimestralmente.

A comissão de depósito é registada na rubrica “Comissões e taxas – Outras, de operações correntes” da demonstração dos resultados, por contrapartida da rubrica “Comissões a pagar” do balanço.

h) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo, sendo calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do Fundo no final de cada

mês e registada na rubrica “Comissões e taxas – Outras de operações correntes”. A taxa mensal aplicável ao Fundo é de 0,012‰, com um limite mensal mínimo e máximo de 100 euros e 12.500 euros, respetivamente.

i) Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros, realizados em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas “Ganhos/Perdas em operações financeiras – Em operações extrapatrimoniais”.

A margem inicial, bem como os eventuais reforços do seu valor (ajustamentos de cotações) são registados na rubrica “Disponibilidades – Depósitos à ordem”.

j) Operações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para euros com base no câmbio indicativo para as operações à vista (fixing) divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial são registados como proveitos e custos do exercício, respetivamente.

Os contratos de fixação de câmbio são reavaliados com base na taxa de juro em vigor para as diferentes moedas e prazos residuais das operações, sendo as mais e menos valias apuradas registadas na demonstração dos resultados do exercício em “Ganhos/Perdas em operações financeiras – De operações extrapatrimoniais” por contrapartida de “Acréscimos e diferimentos – Outros acréscimos e diferimentos”, ativos ou passivos.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas têm a seguinte composição:

PROVEITOS

2017								
Ganhos de Capital								
Mais valias potenciais	Mais valias efetivas	Total	Juros			Rendimento de títulos	Total	
			Vencidos	Decorridos	Total			
(Nota 18)								
Operações à vista:								
Obrigações	23.165	44.147	67.312	32.174	7.053	39.227	-	106.539
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de capital	15.216	14.925	30.141	-	-	-	6.016	36.157
Outros instrumentos de dívida	-	-	-	834	15	849	-	849
Depósitos	-	42.542	42.542	1.203	3.971	5.174	-	47.716
Outros	-	3.350	3.350	-	-	-	-	3.350
Operações a prazo:								
Futuros	-	8.980	8.980	-	-	-	-	8.980
Taxa de juro	-	87.763	87.763	-	-	-	-	87.763
Cotações	-	-	-	-	-	-	-	-
	38.381	201.706	240.087	34.211	11.039	45.250	6.016	291.354

2016								
Ganhos de Capital								
Mais valias potenciais	Mais valias efetivas	Total	Juros			Rendimento de títulos	Total	
			Vencidos	Decorridos	Total			
(Nota 18)								
Operações à vista:								
Obrigações	55.927	85.491	141.418	61.018	16.200	77.218	-	218.636
Ações	-	5.292	5.292	-	-	-	-	5.292
Outros títulos de capital	22.256	12.541	34.797	-	-	-	5.449	40.246
Outros instrumentos de dívida	-	-	-	615	52	667	-	667
Depósitos	-	40.265	40.265	11.498	642	12.140	-	52.405
Operações cambiais	-	14.776	14.776	-	-	-	-	14.776
Operações a prazo:								
Futuros	-	30.980	30.980	-	-	-	-	30.980
Taxa de juro	-	229.758	239.785	-	-	-	-	239.785
Cotações	10.027	-	-	-	-	-	-	-
	88.210	419.103	507.313	73.131	16.894	90.025	5.449	602.787

CUSTOS

2017						
Perdas de Capital						
Menos valias potenciais	Menos valias efetivas	Total	Comissões			
			Vencidas	Decorridas	Total	Total
(Nota 19)						
Operações à vista:						
Obrigações	1.282	5.952	7.234	-	-	7.234
Outros títulos de capital	1.448	131	1.579	-	-	1.579
Depósitos	-	45.851	45.851	-	-	45.851
Operações a prazo:						
Futuros				-		
Taxa de juro	-	3.320	3.320	-	-	3.320
Cotações	-	75	75	-	-	75
Comissões:						
De gestão	-	-	-	40.543	12.820	53.363
De depósito	-	-	-	8.109	2.564	10.673
Taxa de supervisão	-	-	-	900	300	1.200
Carteira de títulos	-	-	-	1.919	-	1.919
Operações extrapatrimoniais	-	-	-	1.193	-	1.193
Outras comissões	-	-	-	3.689	5.535	9.224
	2.730	55.329	58.059	56.353	21.219	77.572
						135.631

2016						
Perdas de Capital						
Menos valias potenciais	Menos valias efetivas	Total	Comissões			
			Vencidas	Decorridas	Total	Total
(Nota 19)						
Operações à vista:						
Obrigações	13.598	27.669	41.267	-	-	41.267
Ações	-	142.097	142.097	-	-	142.097
Depósitos	-	57.161	57.161	-	-	57.161
Cambiais	-	84	84	-	-	84
Operações a prazo:						
Futuros						
Taxa de juro	6.140	194.920	201.060	-	-	201.060
Cotações	-	168.796	168.796	-	-	168.796
Comissões:						
De gestão	-	-	-	49.012	14.860	63.872
De depósito	-	-	-	9.802	2.972	12.774
Taxa de supervisão	-	-	-	900	300	1.200
Carteira de títulos	-	-	-	2.604	-	2.604
Operações extrapatrimoniais	-	-	-	2.476	-	2.476
Outras comissões	-	-	-	4.285	5.535	9.820
	19.738	590.727	610.465	69.079	23.667	92.746
						703.211

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo, incluindo dos fundos de investimento mobiliário (Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

Os fundos de investimento mobiliário são sujeitos à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido, expurgado, contudo, dos rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, com exclusão

dos provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

Este regime apresenta uma taxa de 0,0125%, em sede de Imposto do Selo, incidente sobre o valor líquido global dos organismos de investimento coletivo que não invistam exclusivamente em instrumentos do mercado monetário e depósitos (taxa de 0,0025% nos organismos que invistam exclusivamente nestes produtos financeiros).

Em 2017 e 2016, a rubrica da demonstração dos resultados de “Impostos” apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Impostos sobre o rendimento pagos no estrangeiro:		
. Dividendos	-	151
Impostos indiretos pagos em Portugal		
. Imposto do Selo	2.646	3.174
	<u>2.646</u>	<u>3.325</u>

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as posições em moeda estrangeira mantidas pelo Fundo podem resumir-se da seguinte forma:

2017				
Moedas	À vista			Posição global
	Disponibilidades	Títulos	Spot	
GBP	80.948	-	-	80.948
Contravalor em euros	91.237	-	-	91.237

2016				
Moedas	À vista			Posição global
	Disponibilidades	Títulos	Spot	
GBP	80.948	-	-	80.948
Contravalor em euros	94.546	-	-	94.546

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os prazos residuais até à data de vencimento dos ativos com taxa de juro fixa e a respetiva cobertura de taxa de juro apresentavam a seguinte composição (inclui juros corridos):

2017						
Maturidade	Valor de balanço	Forwards	Futuros	Opções	Total	Saldo
Obrigações vencidas	29.500	-	-	-	-	29.500
Até 1 ano	1.513.543	-	(620.720)	-	(620.720)	892.823
De 1 a 3 anos	336.890	-	-	-	-	336.890
De 3 a 5 anos	216.216	-	-	-	-	216.216
De 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
Superior a 7 anos	98.622	-	-	-	-	98.622
	<u>2.194.771</u>	<u>-</u>	<u>(620.720)</u>	<u>-</u>	<u>(620.720)</u>	<u>1.574.051</u>

A linha "Obrigações vencidas" refere-se a obrigações emitidas pelo Banco Espírito Santo, S.A. (BES) que venceram em maio de 2017. Em 2014, no âmbito da resolução do BES, estas obrigações foram transmitidas para o Novo Banco. Em 29 de dezembro de 2015, na sequência de uma deliberação do Banco de Portugal, as mesmas foram retransmitidas para o BES.

2016						
Maturidade	Valor de balanço	Forwards	Futuros	Opções	Total	Saldo
Até 1 ano	629.436	-	(656.600)	-	(656.600)	(27.164)
De 1 a 3 anos	568.250	-	-	-	-	568.250
De 3 a 5 anos	942.070	-	-	-	-	942.070
De 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
Superior a 7 anos	292.706	-	-	-	-	292.706
	<u>2.432.462</u>	<u>-</u>	<u>(656.600)</u>	<u>-</u>	<u>(656.600)</u>	<u>1.775.862</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Fundo detinha os seguintes contratos de futuros sobre taxa de juro em aberto:

2017					
Tipo de contrato	Quantidade	Compra / Venda	Valor de mercado	Valor nocional	Exposição
EUROAT2 03/18	4	Venda	155,18	1.000	620.720
2016					
Tipo de contrato	Quantidade	Compra / Venda	Valor de mercado	Valor nocional	Exposição
EURBUND 08/17	4	Venda	164,15	1.000	656.600

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Outros acréscimos e diferimentos" do passivo refere-se ao efeito da reavaliação negativa dos contratos de futuros de taxa de juro em aberto, nos montantes de 6.410 euros e 6.140 euros, respetivamente (Nota 20).

13. COBERTURA DO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição da carteira de ações é apresentada nos Anexos I e II. Naquelas datas, o Fundo não detinha posições de cobertura em aberto de contratos de futuros de cotações.

15. ENCARGOS IMPUTADOS

Os encargos imputados ao Fundo, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, apresentam o seguinte detalhe:

Encargos	2017	
	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de gestão fixa	53.363	1,00%
Comissão de depósito	10.673	0,20%
Custos de auditoria	9.224	0,17%
Publicações	-	-
Taxa de supervisão	1.200	0,02%
Total de custos imputados ao Fundo	74.460	
Valor médio líquido global do Fundo	5.325.645	
Taxa de encargos correntes (TEC)	1,40%	

Encargos	2016	
	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de gestão fixa	63.872	1,00%
Comissão de depósito	12.774	0,20%
Custos de auditoria	9.225	0,15%
Publicações	595	0,01%
Taxa de supervisão	1.200	0,02%
Total de custos imputados ao Fundo	87.666	
Valor médio líquido global do Fundo	6.357.330	
Taxa de encargos correntes (TEC)	1,38%	

⁽¹⁾ Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência.

Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 2/2015, de 12 de junho, a taxa de encargos correntes consiste no quociente entre a soma da comissão de gestão fixa, a comissão de depósito, a taxa de supervisão, os custos de auditoria e os outros custos correntes, num dado período, e o valor médio líquido global do Fundo nesse mesmo período. Adicionalmente, o cálculo da taxa de encargos correntes de um Fundo que estime investir mais de 30% do seu valor líquido global noutros fundos, inclui as taxas de encargos correntes dos fundos em que invista. Por outro lado, a taxa de encargos correntes não inclui os seguintes

encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

18. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - ATIVO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2017	2016
Acréscimos de proveitos:		
. Juros da carteira de títulos (Notas 3 e 5)	7.068	16.252
. Juros de disponibilidades (Nota 5)	3.971	642
	<u>11.039</u>	<u>16.894</u>
Despesas com custo diferido:		
. Juros da carteira de títulos (Nota 3)	-	1.670
Outros acréscimos e diferimentos:		
. De operações sobre cotações (Nota 21)	8.200	10.027
	<u>19.239</u>	<u>28.591</u>

19. TERCEIROS - PASSIVO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2017	2016
Resgates a pagar aos participantes (Nota 1)	<u>5.062</u>	<u>20.418</u>
Comissões e taxas a pagar (Nota 5):		
. Comissão de gestão	12.820	14.860
. Comissão de depósito	2.564	2.972
. Custos de auditoria	5.535	5.535
. Taxa de supervisão	300	300
	<u>21.219</u>	<u>23.667</u>
Outras contas credoras:		
. Impostos a regularizar	629	726
	<u>26.910</u>	<u>44.811</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Resgates a pagar aos participantes” refere-se aos resgates realizados nos últimos dias de 2017 e 2016 e liquidados nos primeiros dias de 2018 e 2017, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Impostos a regularizar” refere-se ao Imposto do Selo a liquidar referente ao último trimestre de 2017 e 2016, respetivamente.

20. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2017	2016
Acréscimos de custos	38	-
Outros acréscimos e diferimentos:		
De operações sobre taxa de juro (Nota 12)	6.410	6.140
	<u>6.448</u>	<u>6.140</u>

21. EXPOSIÇÕES EM ABERTO EM CONTRATOS DE FUTUROS DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Fundo detém os seguintes contratos de futuros de cotações:

2017					
Tipo de contrato	Quantidade	Compra/ Venda	Valor de mercado	Valor nocional	Exposição
CAC40 01/2018	2	Compra	5.311	10	106.210
EUROSTOXX50 03/2018	5	Compra	3.493	10	174.650
					<u>280.860</u>

2016					
Tipo de contrato	Quantidade	Compra/ Venda	Valor de mercado	Valor nocional	Exposição
CAC40 03/2017	3	Compra	4.859	10	145.770
DAX 03/2017	1	Compra	11.465	25	286.625
EUROSTOXX50 03/2017	4	Compra	3.277	10	131.080
IBEX35 01/2017	3	Compra	9.313	10	279.402
					<u>842.877</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros acréscimos e diferimentos – de operações sobre cotações” do ativo, refere-se ao efeito da reavaliação positiva dos contratos de futuros de cotações em aberto naquelas datas (Nota 18).

22. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em conformidade com o artigo 161º da Lei 16/2015, de 24 de fevereiro, apresentamos abaixo os erros de valorização ocorridos em 2017 e 2016 e os montantes pagos ao Fundo e aos participantes com caráter compensatório deles decorrentes:

2017			
Data do erro	Descrição dos erros	Montantes pagos ao Fundo	Montantes pagos aos participantes
13-12-2017 a 15-12-2017	Registo de dividendos	-	-
2016			
Data do erro	Descrição dos erros	Montantes pagos ao Fundo	Montantes pagos aos participantes
07-03-2016 a 18-03-2016	Juro de obrigações	5,65	-
15-12-2016 a 15-12-2016	Registo de operações no Mercado de Derivados	-	-

EUROBIC INVESTIMENTO
FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

ANEXO I

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	(Montantes expressos em euros)				
	Custo de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor de mercado	Juro corrido
					(Nota 18)
Valores Mobiliários Cotados					
Mercado de Bolsa Nacional					
Obrigações diversas:					
SONPL 0 06/12/18	100.200	800	-	101.000	170
JOSEML 0 05/17/21	100.000	-	(1.000)	99.000	327
VERSE3 1.99 02/12/19	93.737	740	-	94.477	93
BESPL 4 01/21/19	102.114	-	(72.998)	29.116	-
BESPL 2 5/8 05/08/17	97.000	-	(67.500)	29.500	-
VERSE2 2.98 02/16/18	9.178	15	-	9.193	11
	<u>502.229</u>	<u>1.555</u>	<u>(141.498)</u>	<u>362.286</u>	<u>601</u>
					<u>362.887</u>
Outros fundos públicos e equiparados:					
REFER 4 1/4 12/13/21	89.620	23.017	-	112.637	210
SAUDCR 0 06/20/22	100.000	3.262	-	103.262	107
	<u>189.620</u>	<u>26.279</u>	<u>-</u>	<u>215.899</u>	<u>317</u>
					<u>216.216</u>
Outros instrumentos de dívida:					
Jose Mello Saúde/25	50.000	-	-	50.000	15
	<u>50.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.000</u>	<u>15</u>
Ações:					
BES	88.319	-	(88.319)	-	-
	<u>88.319</u>	<u>-</u>	<u>(88.319)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Mercado de Bolsa de Estados Membros da UE					
Títulos de dívida pública:					
CCTS 0 10/15/24	100.542	1.567	-	102.109	177
BTPS 2.45 09/01/33	94.831	2.972	-	97.803	819
	<u>195.373</u>	<u>4.539</u>	<u>-</u>	<u>199.912</u>	<u>996</u>
					<u>200.908</u>
Outros fundos públicos e equiparados:					
GENCAT 4.95% 02/11/2	102.503	3.692	-	106.195	4.380
	<u>102.503</u>	<u>3.692</u>	<u>-</u>	<u>106.195</u>	<u>4.380</u>
					<u>110.575</u>
Obrigações diversas:					
SUGALG 4 1/4 10/27/2	100.000	1.870	-	101.870	759
	<u>100.000</u>	<u>1.870</u>	<u>-</u>	<u>101.870</u>	<u>759</u>
					<u>102.629</u>
Outros títulos de capital:					
iShares Core DAX UCI	300.051	2.808	-	302.859	-
Lyxor ETF FTSE MIB	96.000	12.681	-	108.681	-
Lyxor ETF IBEX 35	80.376	-	(1.448)	78.928	-
	<u>476.427</u>	<u>15.489</u>	<u>(1.448)</u>	<u>490.468</u>	<u>-</u>
	<u>1.704.471</u>	<u>53.424</u>	<u>(231.265)</u>	<u>1.526.630</u>	<u>7.068</u>
					<u>1.533.698</u>

EUROBIC INVESTIMENTO
FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

ANEXO II

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	(Montantes expressos em euros)				
	Custo de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor de mercado	Juro corrido (Nota 18)
					Valor de balanço
Valores Mobiliários Cotados					
Mercado de Bolsa Nacional					
Títulos de dívida pública:					
PGB 2 7/8 07/21/26	92.890	75	-	92.965	1.284
Obrigações diversas:					
VERSE3 1.99 02/12/19	172.370	1.982	-	174.352	172
CELBI 03/21/19	99.545	2.955	-	102.500	967
SONPL 0 06/12/18	100.200	-	(450)	99.750	173
IPRPL 0 11/12/18	100.000	-	(2.000)	98.000	495
JOSEML 0 05/17/21	100.000	-	(4.250)	95.750	335
VERSE2 2.98 02/16/18	63.303	848	-	64.151	73
BESPL 4 01/21/19	102.114	-	(74.497)	27.617	-
BESPL 2 5/8 05/08/17	97.000	-	(69.417)	27.583	-
	834.531	5.786	(150.614)	689.703	2.215
Outros fundos públicos e equiparados:					
REFER 4 1/4 12/13/21	222.269	93.298	-	315.567	629
PARPUB 3 3/4 07/05/2	197.832	9.090	-	206.922	3.678
PARPUB 3.567 9/22/20	89.500	14.670	-	104.170	977
SAUDCR 0 07/03/17	100.000	378	-	100.378	1.418
	609.601	117.436	-	727.037	6.702
Outros instrumentos de dívida:					
Jose de Mello Saúde	100.000	-	-	100.000	52
Ações:					
BES	88.319	-	(88.319)	-	-
Mercado de Bolsa de Estados Membros da UE					
Títulos de dívida pública:					
CROATI 3 03/11/25	98.200	2.765	-	100.965	2.425
BTPS 1 1/4 12/01/26	92.291	2.674	-	94.965	103
	190.491	5.439	-	195.930	2.527
Outros fundos públicos e equiparados:					
GENCAT 4.95% 2/11/20	102.503	4.308	-	106.811	4.382
Obrigações diversas:					
SUGALG 4 1/4 10/27/2	100.000	2.090	-	102.090	759
Outros títulos de capital:					
Lyxor ETF FTSE MIB	128.296	22.256	-	150.552	-
	2.246.631	157.390	(238.933)	2.165.088	17.922

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em Euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do EuroBIC Investimento - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto ("Fundo" ou "OIC"), gerido pela Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Sociedade Gestora), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 5.035.225 euros e um total do capital do Fundo de 5.001.867 euros, incluindo um resultado líquido de 150.525 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do EuroBIC Investimento - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Valorização das obrigações (Notas 3 e 4 d))

<p>O Fundo valoriza os valores mobiliários em carteira ao seu valor de mercado, ou presumível valor de mercado de acordo com as regras descritas na Nota 4 d) do Anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>A valorização das obrigações em carteira, devido à natureza ilíquida de alguns destes investimentos, requer a aplicação de julgamento do órgão de gestão da Sociedade Gestora, nomeadamente na definição das fontes de valorização a considerar. Tendo em conta este aspeto e que o investimento em obrigações representa cerca de 20% do total do ativo líquido, a valorização destes ativos foi considerada como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Analisámos os procedimentos de controlo interno relevantes implementados pela Sociedade Gestora relativos à valorização das obrigações.</p> <p>Analisámos a razoabilidade das cotações utilizadas pela Sociedade Gestora para a valorização das obrigações em carteira em 31 de dezembro de 2017. Esta análise incluiu o teste às cotações consideradas pela Sociedade Gestora e a sua comparação com outros preços publicados na <i>Bloomberg</i> por outros contribuidores.</p>
--	--

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório em que conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é garante que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se puder razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito pelo controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC na sua constituição para um mandato anual, o qual foi sucessivamente renovado;
- O órgão de gestão da Sociedade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora nesta mesma data; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao OIC outros serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 26 de abril de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata, ROC